



**A CONTROVÉRSIA LEIBNIZ E LOCKE
QUANTO AO CONCEITO DE PESSOA MORAL:
UMA OUTRA INTRODUÇÃO AOS ENSAIOS DE TEODICEIA ¹**

William de Siqueira Piauí

Doutor em Filosofia pela USP
Professor do Curso de Filosofia da UFS
piauiusp@gmail.com

Daniel Soares Silveira

Doutorando em Filosofia pela UFS
daniel.ss777@hotmail.com

Marcos Deyvinson Damacena

Mestrando em Filosofia pela UFS
marcos.deyvinson@hotmail.com

¹ Etapa primeira para compreender no detalhe a resposta de Leibniz para os problemas que envolvem sua noção de identidade pessoal ou moral e sujeito ou mônada humana que sustentarão sua resposta aos problemas da bondade de Deus, liberdade do homem e origem do mal, ou daquilo que ele chamou de “a grande questão do livre e do necessário sobretudo quanto à produção e quanto a origem do mal”, “labirinto” que faz perder ou “embaraça praticamente todo o gênero humano” (LEIBNIZ, 2103 [*Teodiceia*, Prefácio], p. 49).

Resumo

Como sabemos, G. W. Leibniz (1646-1716) escreve os *Novos ensaios* em resposta ao *Ensaio sobre o entendimento humano* do filósofo inglês John Locke (1632-1704), e podemos dizer, com certeza, dadas as suas dimensões e a variedade de assuntos, que em nenhuma outra obra Leibniz trabalha mais exaustivamente a forma do diálogo, muitas vezes explicitando o desacordo profundo entre suas filosofias, daí principalmente seu caráter de controvérsia. O que pretendemos em nosso artigo é, detalhando certos momentos dialógicos e recuperando certo papel que os conceitos de consciência, substância e mônada são chamados a desempenhar, mostrar como o capítulo XXVII, do livro II, dessas obras, ou seja, o capítulo sobre a identidade e a diversidade, apresenta um de seus momentos mais fundamentais e de maior desacordo ao recuperar, no caso dos *Novos ensaios*, já se valendo do conceito de mônada humana ou da reforma do conceito de substância, o problema que Leibniz vinha tentando resolver mesmo antes do *Discurso de metafísica*, conforme ficou registrado na carta ao teólogo luterano o abade Gerhard Wolter Molanus (1633-1722) de 1679, e atingirá, tomando como ponto de partida a argumentação desenvolvida naquele capítulo, sua formulação mais exaustiva e desenvolvida nos *Ensaios de teodiceia*. Com isso esperamos deixar claro que, tendo resolvido a parte mais importante do problema, ou explicitado aquilo que faz a base do *fatum christianum*, o capítulo XXVII, l. II, dos *Novos ensaios* é uma excelente introdução ao que fundamenta os *Ensaios de teodiceia*.

Palavras-chave: Leibniz. Locke. Identidade. Sujeito. Ética.

Abstract

As we already know, G. W. Leibniz (1646-1716) wrote the *New essays* answering to *Essay concerning human understanding*, by the english philosopher John Locke (1632-1704), and we can say that, certainly, given its dimensions and variety of subject, more than in any other work Leibniz uses dialogues exhaustively, many times to make explicit a deep disagreement between their philosophies, hence it comes its controversial character. We intent to detail certain dialogical moments and recovering certain roles that the concepts of consciousness, substance and monad play, showing how the chapter XXVII, book II, of these works, it is, chapter concerning identity and diversity, presents one of its fundamental moments and greater disagreement when recovering, in *New essays*, already using the concept of human monad or the reformed concept of substance, the problem that Leibniz have been trying to solve even before his *Discourse on metaphysics*, as recorded in the letter to the lutheran theologian abbot Gerhard Wolter Molanus (1633-1722), in 1679, and will reach, taken as initial point the argumentation developed in that chapter, his more exhausting and more developed formulation in his *Essays of Theodicy*. Thereby, we hope to clarify that, having solved the most important part of the problem, or making explicit what is the base of the *fatum christianum*, the chapter XXVII, book II, of *New essays* is an excellent introduction to what ground the *Essays of Theodicy*.

Keywords: Leibniz. Locke. Identity. Subject. Ethics.

Introdução

Como sabemos, G. W. Leibniz (1646-1716) escreve os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* em resposta ao *Ensaio sobre o entendimento humano* do filósofo inglês John Locke (1632-1704), e podemos dizer, com certeza, dadas as suas dimensões e a variedade de assuntos, que em nenhuma outra obra Leibniz trabalha mais exaustivamente a forma do diálogo, muitas vezes explicitando o desacordo profundo entre suas filosofias, daí principalmente seu caráter de controvérsia irreconciliável. O que pretendemos em nosso artigo é, detalhando certos momentos dialógicos e recuperando certo papel que os conceitos de identidade pessoal, consciência, substância e mônada são chamados a desempenhar, mostrar como o capítulo XXVII, do livro II, dessas obras, ou seja, o capítulo sobre a identidade e a diversidade, apresenta um de seus momentos mais fundamentais e de maior desacordo ao recuperar, no caso dos *Novos ensaios*, finalizado em mais ou menos 1704, já se valendo do conceito de mônada humana ou da reforma do conceito de substância, o problema que Leibniz vinha equacionando e tentando resolver mesmo antes do *Discurso de metafísica*, de 1686, conforme ficou registrado na carta ao teólogo luterano o abade Gerhard Wolter Molanus (1633-1722) de por volta de 1679, e atingirá, tomando como ponto de partida a argumentação desenvolvida naquele capítulo, sua formulação mais exaustiva e desenvolvida nos *Ensaaios de teodiceia*, de 1710.

Inclusive, acreditamos que com essa carta podemos perseguir um mesmo problema, tema ou seleção leibniziana até o texto *Observações quanto ao livro so-*

bre a origem do mal, publicado há pouco na Inglaterra, especialmente seus §§18 a 22 (cf. *Teodiceia*, 2013, p. 467-475) e parte da *Correspondência Leibniz Clarke*, de 1716, especialmente o §6 da quinta carta, com respeito à necessidade de os possíveis – o que permite falar em essências dos indivíduos possíveis ou noções completas de indivíduos singulares possíveis, portanto, até o final de sua filosofia – terem de ser, para Leibniz, qualitativa e completamente distintos já no intelecto divino e, portanto, “antes” mesmo de sua criação, o que novamente² coloca sérias dificuldades para a leitura feita por Deleuze, seja em *Lógica do sentido*, seja em *A dobra*, dos parágrafos finais da *Teodiceia*, ou seja, de seus §§405-17. Assim, esperamos com o presente texto preencher, mesmo que a título de introdução, uma grande lacuna deixada por Deleuze desde seu *Lógica do sentido* quanto a tratar do principal texto de Leibniz sobre a identidade pessoal que é o capítulo XXVII, livro II, dos *Novos ensaios*, e o faremos reconstituindo o que consideramos serem os principais pontos de desacordo antinômico entre Locke e Leibniz. Com isso esperamos deixar claro que, tendo resolvido a parte mais importante do problema, ou explicitado aquilo que faz a base do *fatum christianum*, o capítulo “O que é identidade ou diversidade” dos *Novos ensaios* é uma excelente introdução ao que fundamenta os *Ensaio de teodiceia*.

2 Cf. nosso capítulo de livro “O Leibniz de Deleuze: uma introdução à *Lógica do sentido*”, in *Escritos de filosofia III: linguagem e cognição*, 2019.

1 Da centralidade da “relação” de identidade e diversidade no *Ensaio* de Locke

Eu concordo que a opinião mais plausível diz que a consciência (consciousness) está anexada a uma substância imaterial individual (individual immaterial substance), da qual é uma afecção (affectio). Que cada qual decida segundo a hipótese que preferir. (LOCKE, 2012 [Ensaio sobre o entendimento humano, II, XXVII, §25], p. 365)

O capítulo “Da [ou sobre] a identidade e a diversidade” tem início com a consideração que para Locke tudo remete, primeiro, seja à substância, segundo, seja a identidade ou diversidade. Consideremos primeiramente a problematização da noção de substância para que possamos explicar o posterior uso também do termo “gênero”. Locke começa o capítulo afirmando que:

Só temos ideias de três sortes [tipos ou gêneros] de substância: 1. Deus [que não tem começo, é eterno, imutável, inalterável e onipresente – e como só existe ele assim, ou seja, é diverso de tudo o mais, não há dúvidas de sua identidade]³; 2. Inteligências [ou espíritos] finita(o)s [que tem cada um, tempo e lugar determinados de existência, relação que determina a cada um sua identidade]; 3. Corpos [que, dada a realidade dos átomos e do vazio, cada partícula de matéria (ou certo corpo) permanece a mesma desde que não haja subtração ou adição a ela]. (LOCKE, 2012, p. 344).

Como o que nos interessa é o segundo gênero ou espécie de substância, ou seja, as inteligências finitas, e que a relação que determina a identidade ou diversidade de cada uma delas, de cada espírito ou inteligência finita, é, para

3 Vale lembrar que, suposto que possam existir mais de um, só seres eternos podem existir em lugares diferentes e em tempos diferentes.

Locke, a relação de tempo e lugar determinados de existência, vejamos como é apresentada tal relação, ou seja, a relação de identidade. Para começar, não podemos deixar de observar que, para além da menção às três noções de “substância” do início, o capítulo que trata da “relação” de “identidade e diversidade” é central no *Ensaio*, pois como atesta o próprio Locke:

Mas é contraditório que dois ou mais sejam um mesmo, o que mostra que identidade e diversidade são relações e vias de comparação muito bem fundadas e muito úteis para o entendimento. [...] Como tudo o mais é modo ou relação, e remete, em última instância, a substância, a identidade ou diversidade da existência particular de modos ou relações determina-se na mesma via. (LOCKE, 2012, p. 345).

Explícita menção ao princípio de não contradição, diríamos em sua versão física; ou seja, primeiramente, a identidade (*identity*) e a diversidade (*diversity*) são tidas como relações (*relations*) e vias ou maneiras de comparação que, por conta de ser contraditório e ridículo que dois “objetos (substâncias de tipo 2 ou 3)” ou mais existentes sejam um mesmo, isto é, que dois “objetos” (de um mesmo gênero, espécie ou tipo) estejam no mesmo lugar e no mesmo tempo, são muito bem fundadas (*well founded*) e muito úteis (*use*) para o entendimento (*to the understanding*) humano, daí tratar-se de um tema fundamental, também dada sua utilidade, para uma investigação sobre o mesmo entendimento: *An essay concerning human understanding*. Daí que o que existe, e justamente por sua existência, em um mesmo lugar e em um mesmo tempo é idêntico a si mesmo e diferente de tudo mais de um mesmo gênero de substância. Além disso, dado

que tudo o mais é modo⁴ ou relação, a existência particular de modos ou relações também se determina pela via ou maneira da comparação da identidade ou diversidade, o que leva à conclusão: “É impossível, portanto, que seja um mesmo o movimento ou o pensamento cuja existência é considerada em tempos diferentes, pois cada uma de suas partes existe em momentos diferentes” (*Idem*, p. 345), ou seja, nenhuma “parte” mesmo de pensamento é idêntica a outra já que cada uma de suas partes existe em momentos ou tempos diferentes.

A partir dessas observações Locke acredita que descobriu aquele que foi um grande problema para os escolásticos, o qual Leibniz adjectivou de um muito espinhoso (*spinosissima*) problema⁵, isto é, descobriu o princípio de individuação, e o caracterizará da seguinte maneira:

§3. A partir do que se disse [até aqui] é fácil descobrir (*to discover*) o tão desejado *principium individuationis*⁶: é plenamente a existência mesma (*is existence itself*), que determina toda sorte de ser ao tempo e ao espaço [ou lugar] particulares que não se compartilham por dois seres do mesmo gênero [ou substância]. Parece [mas só parece] mais fácil

4 Conforme o próprio Locke: “chamo de *modos* as *ideias* complexas que, apesar de serem compostas, não se consideram como incluindo em si mesmas a própria subsistência, mas antes como dependentes de *substâncias* ou como afecções (*affections of substances*) destas. [...] Peço desculpas por usar aqui a palavra modo num sentido diferente do significado ordinário (...)” (LOCKE, 2012, [*Ensaio*, II, XII, §4], p. 165. Segundo o *Dicionário de filosofia* de Abbagnano trata-se de um uso comparável ao da *Lógica de Port Royal* (2000, p. 680A).

5 Cf. LEIBNIZ, 1993 [*Confessio philosophi*], p. 104-5.

6 Sobre a importância de tal problema e o que Leibniz pensava dele, cf. nossos artigos “Leibniz e Tomás de Aquino: o princípio de individuação” e “Noção completa de uma substância individual e infinito em Leibniz”, vide Referências bibliográficas. Com isso fica evidenciado também a aguda compreensão que Kant teve dos problemas essenciais da filosofia moderna ao caracterizar suas duas principais antinomias a partir da doutrina newtoniana do tempo e espaço e da doutrina leibniziana da mûnda, cf., por exemplo, a “observação sobre a segunda antinomia”, parte da “Dialética transcendental” da *Crítica da razão pura*.

conceber esse princípio em substâncias⁷ [como o pretendeu Descartes] e em modos simples. (*Idem*, p. 345).

Ora, dadas aquelas observações e a explicitação de tal princípio, Locke passa a (I) diferenciar aquilo que faz a identidade em uma massa de matéria e em um corpo vivo (§3), (II) em seguida o que faz a identidade dos corpos vivos que são plantas (carvalho) e os dos corpos vivos que são animais (equinos ou brutos) (§4) e (III) depois o que faz a identidade dos animais e a de um mesmo homem individual (§§5, 6 e 7)⁸. Com relação a este assunto são diversos os problemas e questões que vão surgindo, as diferenciações e suposições, que inclusive podem parecer muito estranhas aos leitores, como afirma o próprio Locke (*Idem*, p. 368), e tudo graças a não termos uma visão clara, e diríamos menos ainda distinta, das substâncias pensantes (*Idem*, p. 356)⁹ ou, dito de outra forma, dada a nossa ignorância da natureza da coisa pensante (*Idem*, p. 368). Justamente no início de tais questões e problematizações veremos Locke anunciar a investigação-ensaio sobre o tema que de fato nos importa problematizar, a saber:

para conceber e julgar corretamente [a palavra] identidade devemos considerar a ideia representada pela palavra. Se os nomes substância, homem e pessoa representam três ideais diferentes, então uma coisa é

7 Como o pretendeu Descartes a partir de seu mundo dividido em duas substâncias, *res cogitans* e *res extensa*, e Leibniz a partir de sua reforma do conceito de substância e corpos como fenômenos bem fundados ou matéria substanciada (vide nota 30).

8 Leibniz chamará tal distinção somente a partir do tempo e do espaço ou lugar, que está em pleno acordo com a *tabula rasa* do empirismo de Locke, de “denominação extrínseca” e “solo número”.

9 Apesar de Locke argumentar no *Ensaio* que não possuímos nenhuma ideia clara e distinta (ou como ele prefere chamar ideia determinada) de substância o filósofo inglês lança mão dela sempre que julga necessário com a noção geral de “algo desconhecido que sustenta acidentes” (*Idem*, p. 176, § 19).

uma mesma substância [de tipo 2, espiritual, ou de tipo 3, corporal], outra [coisa] o mesmo homem, e uma terceira [coisa] é uma mesma pessoa, e a identidade depende, em todo caso, da ideia à qual cabe o nome. A cuidadosa consideração desse ponto poderia ter evitado boa parte das frequentes confusões a esse respeito, que parecem acompanhadas de dificuldades nada desprezíveis, especialmente no caso da **identidade pessoal** (*personal identity*)¹⁰ – que é o nosso próximo assunto. (Idem, p. 349, grifo nosso).

Tendo afirmado isso ao final do §7 e dado que esse capítulo possui um total de 29 parágrafos, o que teremos a partir do §8 será a explicitação de problemas e questões às vezes apenas referentes a nomes, outras não, de qualquer modo referentes ao que pode significar a expressão ou representar a ideia de “identidade pessoal” para Locke.

2 Da identidade pessoal e sua associação à consciência

Dito assim, no início desse movimento (§8) veremos Locke diferenciar a ideia de homem da de outros animais, sendo que também o aspecto ou forma determina a diversidade ou diferença desses gêneros de seres, ou seja, papagaios ou gatos racionais, dado suas formas serem diferentes, não são homens e ponto final. Em seguida (§9) parte-se de uma premissa, afirmada imediatamente antes, que permite dizer, quanto à noção de pessoa, que:

10 Daí nossa afirmação inicial que Deleuze deveria ter feito a análise da resposta de Leibniz a Locke, além do nosso artigo e capítulo de livro já mencionados, cf. DELEUZE, 2003 [*Lógica de sentido*], p. 3.

a palavra pessoa [...] representa um ser pensante inteligente, de razão e reflexão, que pode se considerar, em diferentes tempos e lugares, igual a si mesmo (*itself as itself*), uma mesma coisa [talvez uma mesma substância] pensante, e [um ser idêntico a si mesmo] **somente por possuir a consciência** (*consciousness*), que, sendo inseparável do pensar (*thinking*), parece-me essencial a este [ser pensante inteligente, de razão e reflexão]. (Idem, p. 352, grifo nosso).

A partir da menção à noção de consciência Locke poderá dizer que é ela “que faz que um homem seja, para si mesmo (*be himself*), ele mesmo (*to himself*), o que consiste na sua identidade pessoal (*personal identity*)” (Idem, p. 354), e não importa se anexada a uma substância individual, simples ou una, ou a uma sucessão de substâncias, complexa ou composta; o que, pensando em Leibniz, como veremos, aponta para uma dessubstancialização do eu ou do *self*¹¹ que faria voltar vários problemas que nos embaraçariam, colocando problema para os fundamentos metafísicos da Moral e da Ética, justamente diante do labirinto do livro e do necessário. Ao que Locke conclui: “Qualquer um que refletir sobre si mesmo concluirá que tem, em si mesmo (*in himself*), um espírito imaterial, denominado ele mesmo (*in himself an imaterial spirit*), que pensa e que, na constante mudança de seu corpo, o mantém igual a si mesmo” (§14, p. 358). E

Eu é a coisa consciente pensante (*Self is that conscious thinking think*) que, independente da substância, espiritual ou material, simples ou complexa¹², é consciente e sensível de prazer e dor (*sensible or conscious of pleasure and pain*), e que, sendo capaz de felicidade e aflição (*capable*

11 Não confundir com o contemporâneo, pós Freud-Lacan, descentramento do sujeito.

12 Vale lembrar que a mônada lebniziana é simples, una, única ou individual, completa, espontânea e tem percepções continuamente (perfeita em si mesma), é substância, é simples, é espiritual e expressa o que se passa com o corpo que a simboliza.

happiness or misery)¹³ se preocupa consigo mesma (*itself*), na medida da extensão¹⁴ de sua consciência. (§17, p. 360).¹⁵

Vejam que após associar o eu (*self*) à noção de consciência (*consciousness*), Locke opera sua dessubstancialização, ou seja, o eu passa a ser independente de uma “mesma” substância simples ou complexa, una ou composta, espiritual ou material e passa a depender exclusivamente da extensão de sua consciência, o que também fica explícito da seguinte maneira:

Portanto, aquilo que é consciente de ações, presentes ou passadas, é uma mesma pessoa (*same person*) à qual cabem essas ações. [...] não importa [tanto] em qual substância esteja o mesmo, quanto de que eu (*I*), que agora escrevo, sou o mesmo (*the same myself*) que ontem escrevia, independentemente se consisto ou não de uma substância, material ou imaterial. **Pois, para ser igual a si mesmo, não importa se este eu presente é ou não feito da [ou de uma] mesma substância**¹⁶; concerne-me tanto, e sou tão responsável (*as justly accountable*) pelas ações feitas há mil anos atrás, e agora apropriadas a mim por esta consciên-

13 Em muitos momentos, portanto, no mesmo sentido de recompensa e castigo: “Tudo isso se funda no interesse da felicidade (*happiness*) que acompanha toda consciência. A consciência de prazer ou de dor deseja que o eu consciente (*self that is conscious*) seja feliz (*be happy*)”. (*Idem*, p. 367).

14 Sobre a extensão da consciência, Locke já havia afirmado que “A consciência de seus pensamentos e ações presentes garante que a pessoa é, agora, ela mesma para si mesma, e permanecerá ela mesma enquanto uma mesma consciência estender-se (*can extend*) a ações passadas e vindouras”. (*Idem*, p. 354).

15 E para que não restem dúvidas que a identidade pessoal reside na consciência: “Mas em meio a toda controvérsia a respeito daquilo que perfaz um mesmo homem individual (*the same individual man*), claro é que, se quisermos evitar absurdos, devemos situar a identidade pessoal (*personal identity*) na consciência (*consciousness*), única responsável pelo que se chama o homem mesmo (*self*)”. (*Idem*, [§21] p. 363).

16 Se Leibniz faz a reforma ou reconstituição do conceito de forma substancial ou substância é justamente porque ele se vê na obrigação de defender que “para ser igual a si mesmo”, **importa sim** “se este eu presente é ou não feito de uma simples e mesma substância”, e o conceito de mônada é o resultado de tal reconstituição; é claro, pois, que estará em desacordo profundo com Locke, e é o que fica evidente, portanto, já desde o prefácio dos *N.E.* Vale lembrar que é Leibniz que percebe claramente que se trata, quanto à consciência problematizada nesse capítulo, do fundamento da Moral ou Ética e de qualquer noção de Justiça.

cia de mim mesmo, quanto sou pelo que fiz há um momento atrás. (*Idem*, 2012 [§16], p. 360, grifo nosso).

Com efeito, como o eu passa a ser definido como justamente responsabilizável por suas ações na medida daquela possibilidade de se estender (*can extend*) sua consciência, passível de prazer e pena ou sofrimento, capaz de felicidade e miséria ou aflição, sendo capaz de se preocupar consigo mesmo, com suas ações; tendo em vista também que a consciência é que faz a identidade pessoal; podemos, agora sim, estabelecer a justa ou direita medida da nossa responsabilidade¹⁷ e dar solução a dois problemas: primeiro, o problema do fundamento da justiça (*Idem*, p. 361) e a eficácia da lei humana (*Idem*, p. 361) e, segundo, o problema da justiça divina, que sabemos ser o tema especialmente do início do *Discurso de metafísica*, §2, por exemplo, e o tema geral da *Teodiceia* de Leibniz, e devem ser associadas ao que afirma a *Bíblia* quanto ao juízo final e a ressurreição: a razão não contraia a fé¹⁸. Vejamos como se configuram tais problemas.

17 Assim, vemos surgir o tema da “responsabilidade”, da ação responsável, que faz a base da Ética e também de uma certa Teologia que veremos Leibniz defender na *Teodiceia*, que trata da bondade, justiça e conhecimento de Deus. De qualquer modo, é por conta do cruzamento desses dois temas que Leibniz considerará tal discussão tão fundamental a ponto de tomar quase que a metade da discussão feita no prefácio dos *N.E.*; quando achará necessário, inclusive, reconstituir os pontos principais da correspondência trocada entre Locke e o Bispo de Worcester justamente quanto aos temas desenvolvidos no cap. XXVII do livro II do *Ensaio*.

18 Não esqueçamos, tema do capítulo XVIII, livro IV, tanto do *Ensaio* de Locke quanto dos *Novos ensaios* de Leibniz.

3 Da identidade pessoal¹⁹ e consciência como fundamento da justiça humana e divina

Com o que foi dito até o final do §17 Locke pode concluir que “**Toda justiça, todo direito de recompensa e punição** funda-se na identidade pessoal (*In this personal identity is founded all right and justice of reward and punishment*)²⁰” (*Idem*, p. 361, grifo nosso), associada à impossibilidade “que a identidade pessoal consista em algo mais que consciência ou que vá além do alcance desta” (*Idem*, p. 363). Mesmo que não tenhamos uma visão clara ou distinta das substâncias pensantes (*Idem*, p. 356) ou, dito de outra forma, dada a nossa ignorância da natureza da coisa pensante (*Idem*, p. 368), é a partir de tal definição de identidade pessoal que Locke vai resolvendo ou apenas abandonando uma série longa de problemas, questões e suposições – que inclusive podem parecer muito estranhas aos leitores (*idem*, p. 368) – que vão surgindo. A conclusão não podia ser outra:

19 Vale lembrar que, para Locke: “Pessoa (*person*) é um termo forense que abrange ações e o mérito destas, que cabe apenas a agentes inteligentes, capazes de lei e de felicidade e aflição (*capable of law, and happiness and misery*)”. (*Idem* [§26], p. 367).

20 Temas explícitos do *Discurso de metafísica*, dentro outros, dos §§ 8-9, 12-13, 30-31. A partir daqui estabeleceríamos uma seleção de textos de Leibniz que tratam justamente do tema identidade pessoal, pessoa espiritual, noção completa, substância individual, forma substancial e mônada humana. É preciso notar que, com o que explicitamos da filosofia do sujeito de Locke, fica claro a ligação que será afirmada em todo liberalismo entre a identidade pessoal e uma certa noção de justiça, de direito, de lei, daí certa Ética e Política; o que também faz notar a pouca verdade do que afirma Leibniz no final do §10 de seu *Discurso de metafísica*: é a própria extravagância (*extravagance*) que fundamentaria a Ética e daí a Política de ambos. O que insiste, seja em um universo liberal, seja em universo comandado pelo virtual, mesmo depois do advento da psicanálise, em fundamentar também parte do que Derrida recusará como certa “axiomática subjetal da responsabilidade” que, desde suas origens portanto, é de grande “fragilidade” e “grosseria” teóricas (cf. DERRIDA, 2010 [*Força de lei*], 48).

Mas em meio a toda controvérsia a respeito daquilo que perfaz um mesmo homem individual, claro é que, se quisermos evitar absurdos, devemos situar a identidade pessoal na consciência, única responsável pelo que se chama homem [ou eu] mesmo (*call self*). (Idem, p. 363).

É com tal associação da identidade do homem²¹ ou personalidade à identidade pessoal e a consciência, portanto, que Locke enfrentará, dentre muitas outras, a questão da responsabilidade em casos extremos – de suposta perda ou falta de consciência – como o do ébrio; tendo em vista que se trata de pessoas idênticas o sóbrio-ébrio, a lei humana o puniria com justiça²², associando também justamente a sua personalidade à sua consciência; mas Locke adverte que nesses casos, extremos, pode ser impossível distinguir o real do falso, talvez no sentido que nem nós e nem mesmo ele, o ébrio, possamos tomar conhecimento do que faria a base da atribuição a ele de tal ação; tendo em vista que estava, talvez de fato, inconsciente ao realizar determinada ação, o ébrio pode de fato não saber o que fez e pode ser que não existam de fato testemunhas de sua ação passada. É justamente essa questão tratada no §22 (bloco de §§21-22) que reabre a problematização do julgamento final e ressurreição²³. Mas é preciso voltar um pouco para deixar ainda mais claro em que sentido trata-se de problema já men-

21 Vale lembrar que, em pleno acordo com o nominalismo de Locke, não se trata do gênero homem, no sentido de uma realidade essencial, uma forma, interna ou externa às pessoas que têm aspecto de homem; sobre a não realidade dos gêneros ou de como o intelecto cria os gêneros a partir de abstração, cf. os capítulos I-III do livro III, sobre a não realidade dos termos gerais, do *Ensaio*.

22 Não é difícil perceber o vínculo entre temas que dizem respeito a Fé e a Razão, associação que é o tema do capítulo XVIII do livro IV dos livros de Locke e Leibniz.

23 O termo “ressurreição (*resurrection*)” vai aparecer de fato no §15, p. 359, o problema do “julgamento final” já começará a aparecer no §13 (p. 356), associado ao tema da bondade justa de Deus, e voltará a aparecer nos §§22 (p. 364), e 26 quando se torna o problema fundamental a ser resolvido (p. 367).

cionado no capítulo XXVII e como a questão vinha sendo encaminhada. Assim, no §13 tal questão, do julgamento final e ressurreição, já havia surgido associada à dificuldade, outro caso extremo, de podermos representarmos como feito por nós mesmos algo que uma outra pessoa fez²⁴, dito mais geralmente, tomarmos como nossa uma representação “sem material real de fato” (Idem, p. 356), como nos sonhos etc, ao que Locke comentava:

Mas, embora não tenhamos clara visão da natureza de substâncias pensantes, poderemos satisfazermos-nos de que esse não é o caso se **confirmos na bondade de Deus** (*the goodness of God*)²⁵, **que não permitiria**, no que concerne à felicidade ou à aflição das criaturas sensíveis, **o terrível erro de transferirem, de uma [pessoa] para a outra [pessoa], a consciência**, que é acompanhada de castigo ou recompensa. (Idem, p. 356, grifo nosso).

24 Já a mônada é fechada (*Monadologia*, §7), acidentes não passeiam ao seu redor e não é preciso temer que ela venha a sofrer, portanto, qualquer transferência de consciência ou de atributos que não sejam propriamente e desde sempre seus.

25 Talvez similar à paciência cartesiana, uma leitura do nosso artigo “Leibniz e o incomparável manual de Epicteto: a propósito da crítica à arte da paciência de Descartes” pode ajudar a compreender o que pretendemos. Do ponto de vista da **Teodiceia** (§§405-417), não haveria aqui qualquer “avanço” com relação ao que a obra de Boécio, **Consolação da filosofia**, ou mesmo a de Lorenzo Valla, **Sobre o livre arbítrio**, mantinham em aberto, ou seja, permanece a questão: como Deus sabe tudo ou sabe infinitamente sem ser responsável pelas ações dos homens ou sem deixar de ser justo-bom? Afirmar somente a ciência de visão, sem ciência de simples ou pura inteligência, seria como se o intelecto divino de Locke também fosse *tabula rasa* e, por isso mesmo, só soubesse a partir do tempo e lugar dos existentes o que Adão fará, ou melhor, faz ou fez.; o que não é muito diferente do que Deleuze afirma em *A dobra*. Do nosso ponto de vista, falando cronologicamente, a resposta de Leibniz terá de fazer lembrar o conceito de pessoa espiritual da *Carta a Molanus* de 1679 e o de pessoa possível do *Discurso de metafísica* §31, acrescentados alguns detalhes mais bem desenvolvidos na *Teodiceia* e *Monadologia*, depois confirmadas em associação com as diferenças qualitativas dos possíveis dos §§18-21 de “Observações quanto ao livro sobre a origem do mal...” (*Teodiceia*, p. 467-73) e, por último, com a confirmação feita na “Quinta carta de Leibniz a Clarke”, o que nos levaria a uma hipótese interpretativa muito diferente da de Deleuze e muitos deleuzeanos.

Tendo em vista a falta do que se poderia saber para fundamentar tal impedimento, não permissão, Leibniz certamente diria que Locke aqui se revela já perdido no labirinto do livre e do necessário, tendo em vista que a bondade de Deus surge justamente por conta de uma possível falta de conhecimento quanto ao que faria a consciência de nossas ações e mesmo identidade pessoal. Ou seja, tendo em vista que a identidade pessoal é de fato estabelecida a partir da extensão maior ou menor da consciência, nada impediria, seja quanto à falta seja quanto ao excesso, que tenhamos consciência do falso, do que é “sem material real de fato”, restando confiar na bondade divina que não cometeria a injustiça de nos dar felicidade ou aflição por ações que pensamos ser nossas, mas de fato não são, ou não são e pensamos que são, ou seja, que deveriam e não o foram ou não deveriam e o foram integradas à nossa consciência. Para além do comentário que fez a todo esse capítulo nos seus *Novos ensaios*, tendo em vista a menção à bondade de Deus e como já o indicamos, aqui começamos a adentrar no tema geral da *Teodiceia* de Leibniz.

Assim, e voltando ao que dizíamos mais acima, dada aquela dessubstancialização do eu, da identidade pessoal, nos moldes leibnizianos seja do *Discurso de metafísica*, seja da *Teodiceia* e mesmo da *Monadologia*, por exemplo; a consciência do ébrio pode ser atingida realmente pela mesma impossibilidade de conhecimento, apagamentos de consciência, seja pra mais seja pra menos, como os que seriam acometidos da consciência do que de fato não fizeram ou o fizeram em outras vidas, e, além de contar com a bondade divina que não permitiria o

injusto, tem de esperar pelo revelar os segredos de seu coração no dia do juízo final, no último dia, ou como dizia o próprio Locke:

Mas é razoável supor que, no último dia, quando o segredo de cada coração será desvelado, ninguém [como o ébrio, o sonâmbulo e outros] precisará responder pelo que não sabe que fez [ou que não sabe que não fez], mas que a sentença de cada um dependerá do testemunho de sua consciência (*his conscience accusing or excusing him*). (*Idem*, p. 364).

Com tal afirmação, Locke faz lembrar, como ele mesmo explicitará no §26 (*Idem*, p. 367), o que é dito na 1ª e 2ª Carta ou epístola de Paulo aos Coríntios 14:25 e 5:10 da *Bíblia Sagrada*, a saber (na tradução da *Bíblia de Jerusalém*):

A profecia, ao contrário, não é para os incrédulos, mas para os que creem. Se, por exemplo, a Igreja se reunir e todos falarem em línguas, os simples ouvintes e os incrédulos que entrarem não dirão que estais loucos? Se, ao contrário, todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar há de sentir arguido por todos, julgado por todos; **os segredos de seu coração serão desvendados**; prostrar-se-á com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vós. (1ª Carta ou epístola [de Paulo] aos Coríntios 14:25; p. 2167, grifo nosso).

Sim, estamos cheios de confiança, e preferimos deixar a mansão deste corpo para ir morar junto ao Senhor. Por isto também esforçamo-nos por agradar-lhe, quer permaneçamos em nossa mansão, quer a deixemos. **Porquanto todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de [que] cada um receba a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal.** (2ª Carta ou epístola [de Paulo] aos Coríntios 5:10; p. 2178, grifo nosso).

Cujo sentido é explicado, em sua filosofia, da seguinte maneira: tais sentenças de Paulo se justificariam “pela **consciência** que todas as pessoas” que de fato existiram “terão de que elas mesmas, **no corpo em que aparecem** e na

substância²⁶ **inerente à sua consciência**, são as mesmas que cometeram as ações e que merecem ser **punidas** por elas” (LOCKE, 2012, p. 367-8, grifo nosso), afirmação feita em seu §26. Ou seja, aquelas sentenças de Paulo que se referem aos segredos dos nossos corações que serão desvendados no Juízo Final são explicadas por sua filosofia da identidade pessoal, consciência e aparência corporal do homem; dito de outra forma, a partir somente da existência mesma dos que se podem considerar de fato homens portadores de consciência, devendo somente a ela inclusive a retribuição do que tiverem feito durante sua vida no corpo. Com isso chegamos praticamente ao fim do capítulo XXVII, “Da [ou sobre] a identidade e a diversidade”, do *Ensaio sobre entendimento humano* de Locke, dos §§ 27 a 29 Locke trata apenas de fazer mais algumas observações sem muita importância para nós e retomar algumas das conclusões que foi desenvolvendo no decorrer do capítulo.

4 Das respostas de Leibniz a Locke: mônada, substância simples e identidade pessoal e moral.

E, quanto a esta ciência de Deus [...], visto ignorarmos quanto ou como Deus considera as disposições naturais na dispensa da graça, creio mais exato e seguro dizer, segundo nossos princípios e como já notei, ser forçoso haver entre os entes possíveis a pessoa

26 É preciso estar atento aqui ao fato que tal noção de substância nada tem a ver com a que Locke já havia recusado a partir de Descartes e, por isso, nada tem a ver com o conceito leibniziano de substância simples.

(personne) de Pedro ou de João, cuja noção ou ideia (la notion ou idée) contém toda esta série de graças ordinárias e todo o resto destes acontecimentos (ces événements) com suas circunstâncias e que, entre uma infinidade de [outras] pessoas igualmente possíveis (une infinité d'autres personnes également possible), agradou a Deus escolhê-la (la choisir) para existir atualmente. Dito isto, parece nada mais haver a perguntar e desvanecerem-se todas as dificuldades [...] (LEIBNIZ, 1983 [Discurso de metafísica, §31], p. 146-7)

Portanto, para além do comentário que fez a todo o capítulo XXVII, do livro II, nos seus *Nouveaux essais sur l'entendement humain par l'auteur du système de l'harmonie préétablie*, tendo em vista a menção à bondade e justiça de Deus como parte do problema geral da identidade pessoal ou da pessoa moral, aqui começamos a adentrar no tema geral da *Teodiceia* de Leibniz, cujo título completo, vale lembrar, é *Essais de théodicée: sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*; livro publicado em 1710, mais ou menos 6 anos depois de ter finalizado o *Nouveaux essais*. Ensaio cujo título vem do termo resultado da associação das palavras *Théos* e *Díke* que indica se tratar de um ensaio não somente sobre a Bondade, mas, principalmente, também sobre a Justiça de Deus; perfeições que não devem ser consideradas à parte de Seu poder e, menos ainda, de Sua sabedoria; a não ser, claro, que queiramos nos perder no labirinto do livre e do necessário. Ensaio em que Leibniz prova de uma vez por todas o que já havia formulado na carta que enviou, em mais ou menos 1679, ao teólogo luterano e abade Gerhard Wolter Molanus, nos seguintes termos:

É por esse motivo que afim de satisfazer a esperança do gênero humano, é preciso provar (*il faut prouver*) que Deus, que governa tudo, é sábio e justo e que ele não deixará nada sem recompensa (*recompense*) e sem castigo (*châtiment*); são esses os grandes fundamentos da moral; mas o dogma de um Deus que não age para o bem e de uma alma que é imortal sem lembranças não serve senão para enganar os simples e para perverter as pessoas espirituais (*personnes spirituelles*)²⁷ (LEIBNIZ, 1960 [GP], p. 300-1).

Ou seja, o que, para além da extensão e do que diz no prefácio de seus *Novos ensaios*, não deve deixar dúvidas tanto com relação ao interesse que o capítulo XXVII do *Ensaio* de Locke deve ter despertado nele, inclusive por conta de ser o momento em que o conceito de pessoa espiritual ou homem passível de consciência é problematizado com o objetivo de determinar o que é justo e a medida de sua responsabilidade, quanto que seu *Ensaio de teodiceia* é certamente sua maior obra sobre moral ou ética, também inclusive em resposta a obras que, como a de Locke e partir de uma nova noção de sujeito – o sujeito moderno –, voltam a se perder diante de velhos problemas da filosofia.

Todavia, de início precisamos dizer que não vamos fazer uma análise comparativa com os mesmos detalhes com relação ao texto de Leibniz, cremos ter pontuado suficientemente o texto de Locke no decorrer da notas, gostaríamos de finalizar nossa exposição apontando apenas o que consideramos serem suas oposições principais: em um primeiro momento, Leibniz vai opor ao *Principium individuationis* “descoberto” ou “criado” supostamente por Locke o “princípio interno de distinção”²⁸ dizendo que:

27 Estamos prestes a publicar a tradução da presente carta que receberá o título “Carta a Molanus sobre Deus e a alma (1679?)”.

28 Para concluir e fazer lembrar ainda uma vez, vale dizer que no início da *Monadologia* e outros textos o veremos problematizar a distinção *solo numero* e a *denominação extrínseca*; relaciona-

É preciso sempre que além da diferença (*la différence*) do tempo e lugar, haja um princípio interno de distinção (*un principe interne de distinction*) [...]; assim, se bem que o tempo e o lugar (isto é, a relação (*le rapport*) ao que está fora) nos sirvam para distinguir as coisas que não distinguimos bem por si mesmas, as coisas não deixam de ser distinguíveis em si. **O específico da identidade e diversidade não consiste, portanto [e contra Locke ou Newton], no tempo e lugar [ou na existência mesma], [...]** é antes pelas coisas que se deve discernir um lugar ou um tempo do outro, pois por si mesmos são perfeitamente semelhantes, mas também **não são substâncias ou realidades completas.** (LEIBNIZ, 1984, p. 172).

Ora, o que Leibniz faz aqui é indicar que aquele princípio de individualização baseado na existência mesma ou no tempo e espaço ou lugar, assunto que investigou desde sua dissertação de mestrado, desde 1663, portanto, coaduna muito bem com o que Newton estabelecia serem o tempo e espaço absolutos, ou seja, que foram considerados como tendo substância ou que eram realidades completas ou em si mesmas e que fariam a distinção real das coisas. Assim, o que faz a base da recusa de tal princípio também é a doutrina leibniziana do tempo e espaço relativos ou relacionais, o que o leva a tornar toda mudança, seja de movimento²⁹ seja de pensamento, interna às de fato realidades completas e verdadeiras, as substâncias ou, como ele o afirmará pouco mais à frente no próprio *Novos ensaios*, toda mudança real que permite distinção e diversidade reais é interna às verdadeiras mônadas, o que também explicita a centralidade de tal assunto e conceito em sua filosofia.

das diretamente ao problema “espinhoso” de estabelecer um adequado princípio de individualização que Leibniz persegue desde sua dissertação de 1663.

29 Quanto à relação de movimento ou mudança de lugar dos corpos internalizada e de acordo com o tempo e espaço relativos, cf. “Quinta carta de Leibniz a Clarke” §47 (LEIBNIZ, 1983, p. 201). Talvez uma leitura do nosso artigo “Leibniz e a gênese da noção de espaço: lendo §47 da última carta a Clarke” possa ajudar a compreender até onde esperamos ir com tal observação.

De qualquer modo, e ainda quanto a tal princípio, a crítica geral que Leibniz dirige a Locke vem logo a seguir, diz ele: “A maneira de distinguir”, ou seja, o modo como Locke pensava a diversidade a partir da existência mesma “está fundada nesta suposição que a penetração (*la penetration*)”, ou internalidade, das coisas “não é conforme a natureza” (p. 172) – explicitação em pleno acordo com a doutrina lockeana da *tabula rasa* já devidamente tematizada desde o prefácio –, daí que, para Leibniz, “as coisas” que possuem algo essencial ou substancial que lhes é interno, de unidade e identidade real, “não deixam de ser distinguíveis em si”. E, para o alemão, tal recusa geral de um princípio interno de distinção é um erro grave especialmente quando se está procurando determinar o conceito de pessoa moral ou identidade pessoal que, justamente, permitiria estabelecer os fundamentos da moral e da ética sem atentar contra as perfeições divinas, ou seja, contra seus atributos infinitos: poder (ser capaz de fazer tudo que é possível de ser feito ou vir a se tornar verdadeiro), sabedoria (a partir de sua ciência de visão e de simples inteligência infinitas), bondade (que depende de ser justo e a partir de conhecimento total). Em poucas palavras, como Descartes e muitos outros, Locke, a partir de seu conceito de individuação ou identidade pessoal que não supõe internalidade, também se perdeu no labirinto do livre e necessário, labirinto mencionado como tema geral no prefácio do *Ensaio de teodiceia*.

Assim, tendo como pano de fundo aquela maneira geral de pensar a distinção a partir de uma internalidade ou penetração real das coisas (mesmo no sentido da realidade dos gêneros) e de sua doutrina do tempo e espaço relacio-

nais; em um segundo momento, pois, Leibniz vai lançar mão de seu conceito de mônada, que deve servir para pensar indistintamente todos os seres vivos ou corpos que podem ser considerados *unum per se* (cf. também *Disc. de metafísica*, §34) e substituir aquela “existência mesma” (LOCKE, 2012 [§3], p. 345), ou seja, que não possa ser considerada apenas como fenômeno bem fundado³⁰; conceito enunciado da seguinte maneira:

A organização ou configuração [de um ser vivo] sem um princípio de vida subsistente [ou interno] que denomino **mônada**³¹, não bastaria para fazer com que permaneça *idem numero* ou o mesmo indivíduo [o que seria fundamental para fixar a identidade de qualquer ser vivo, e não apenas dos homens]; pois a configuração pode permanecer especificamente [ou seja, em uma mesma espécie, gênero ou tipo], sem permanecer individualmente. [...] Quanto às substâncias [o que exigiu a reforma de tal conceito], que possuem em si uma verdadeira e real unidade substancial [e é o caso daquelas que podem ser consideradas pessoa moral], à qual possam pertencer as ações vitais propriamente ditas, e **quanto aos seres substanciais, quae uno spiritu continentur** [...], **isto é, que um certo espírito indivisível anima** [ou seja, as pesso-

30 Tendo sido levado a isso por conta também da análise da matéria, ou como ele mesmo dizia: “Então, pode-se concluir que uma massa de matéria não é verdadeiramente uma substância, que sua unidade é apenas ideal, e que (o entendimento [ou ideal] colocado à parte) é apenas um *aggregatum*, uma porção, uma multiplicidade de uma infinidade de verdadeiras substâncias, um fenômeno bem fundado (*un phénomène bien fondé*), que jamais desmentem as regras das puras matemáticas [seja da Geometria, seja da Aritmética], mas sempre contêm algo além. [Assim] [...] a análise da Matéria que se encontra atualmente no Espaço nos leva demonstrativamente às Unidades de substância, às substâncias simples, indivisíveis, imperecíveis e, conseqüentemente, às Almas, ou **aos princípios de vida**, que não podem ser senão imortais, [e] que estão difundidos por toda a natureza. Vê-se que as Enteléquias, ou **forças primitivas**, unidas ao que há de passivo em cada unidade (pois as criaturas são ativas e passivas simultaneamente), são a fonte de tudo. Vê-se por isso em que consistem as unidades” (Carta de Leibniz de 31/10/1705 à princesa Sofia Carlota, tradução nossa em <https://leibniz-brasil.pro.br/leibniz-traducoes/carta-de-leibniz-princesa-sofia.htm>). Cf. também nosso artigo “Leibniz e a Biologia: notas introdutórias” (no prelo).

31 Talvez uma leitura dos nossos artigos “Noção completa de uma substância individual e infinito em Leibniz”, “Deleuze e a noção leibniziana de sujeito” e “Leibniz e a Biologia: notas introdutórias” (no prelo) possam ajudar a compreender o que estamos tentando dizer.

as espirituais], **tem-se razão em dizer que permanecem perfeitamente o mesmo indivíduo por esta alma ou este espírito, que constitui o eu [le moi] nas substâncias capazes de pensar.** (LEIBNIZ, 1984, p. 173-4).

A partir, pois, do conceito de mônada, restabelece-se assim o conceito de seres substanciais simples ou unos que fará a base da noção de eu (*le moi*), daí identidade pessoal ou pessoa moral, por isso mesmo das *personnes spirituelles* (cf. também, §31, do *Disc. de metafísica*); de tal modo que Aquele que, evidentemente mas não só Ele, pode penetrar a sua natureza individual pode conhecer totalmente e a qualquer momento a sua identidade (*Idem*, p. 180), daí que Ele tenha de ser afirmado, antes de sua reconhecida mas nem sempre compreendida bondade, como o justo juiz (*juste juge*) por excelência (*Idem* [§22], p. 183) e que de qualquer forma Ele constitui a única e suprema lei (*unique et supreme loi*).

E para que tal interioridade espiritual, individual ou pessoa moral não fique solta do corpo que mantém os aspectos físicos da pessoa, sua aparência, à qual tal alma ou natureza individual “deve” pertencer; em um terceiro momento, Leibniz lança mão de sua doutrina da expressão e perspectivismo, que terá como espelho sua doutrina da simbolização das substâncias simples por parte dos corpos (cf. *Monadologia*, §61), ou como ele mesmo vai dizer pouco depois: “As almas, segundo minhas hipóteses, não são indiferentes em relação a qualquer porção que seja da matéria”; “pelo contrário, elas exprimem [ou expressam] (*elles expriment*) originariamente aquelas porções de matéria [seu corpo], às quais estão e devem ser [estar] unidas segundo a ordem”. (*Idem*, p. 180). O que, dado um Deus que é onisciente e fora da ordem do tempo, só é possível de ser pensado a partir de (I) uma doutrina do tempo e espaço relacionais que tornam

as relações de mudança e movimento mudanças qualitativas de situação e (II) de noções completas de indivíduos singulares portanto distintos qualitativamente também já no intelecto divino ou na região dos possíveis, o que, do nosso ponto de vista, se mantém até o final da vida de Leibniz, como aparece não só na *Teodiceia*, especialmente em seus parágrafos finais, e faz a base da *Monadologia*, mas também nos §§18 a 21 do *Observações quanto ao livro sobre a origem do mal, publicado há pouco na Inglaterra* e no §6 da “Quinta carta de Leibniz a Clarke”.

De qualquer modo, com isso chegamos ao centro do que Leibniz considera ser o fundamento de sua hipótese da harmonia preestabelecida, aquela interioridade expressiva que permitiria harmonizá-las, tais substâncias ou mônadas, mesmo antes da existência, ou seja, e novamente, pré-estabelecida, o que permite preordená-las (cf. também “Quinta carta de Leibniz a Clarke”, §6); justamente o que dá nome ao seu ensaio. Assim, o conceito de identidade pessoal, de pessoa espiritual ou pessoa moral, depende de uma natureza substancial interna de percepção contínua que permita preordena-las com outras. E assim começam a surgir as soluções leibnizianas para os problemas formados no *Ensaio*; seguindo o texto: “Assim sendo, se elas passassem para um novo corpo”, como havia problematizado Locke no cap. XXVII, “conservariam sempre a expressão (*l’expression*) de tudo aquilo que tiveram percepção nos corpos anteriores”, ou seja, carregamos tais expressões conosco, e “seria até necessário que o novo corpo se ressentisse” já que simboliza tal interioridade “de maneira que a continuação individual (*la continuation individuelle*) terá **sempre** as suas marcas reais” (idem, p.

180; cf. também *Monadologia*, §§20-24). O que “justamente” supre aqueles buracos da consciência de Locke e permite conhecimento total a qualquer tempo, sempre; ou seja, dada a sua continuação individual expressa, por isso mesmo, uma identidade pessoal total ou uma pode sempre ser “lida” não só por Deus, mas por todo aquele que fosse capaz de penetrar sua natureza³². Portanto, a mônada correspondente a uma pessoa espiritual determinada “poderia até fazer dar a conhecer a sua identidade a quem penetrasse bastante a sua natureza” (*Idem* p. 180, cf. também); o que justamente é explorado na ficção que faz o fim da *Teodiceia*: alguém como o Teodoro conduzido e tornado capaz de tal conhecimento por Palas Atena, anterior à atualização do mundo presente ou que é capaz de ciência de simples inteligência, pode conhecer uma continuação individual perceptiva ou expressiva, portanto uma individualidade possível e completa, como Sextus. Quer dizer, partir da metáfora da estátua de Hercules e contra a *tabula rasa* de Locke, quem fosse capaz de penetrar os veios de seu corpo poderia ler em sua natureza interna a sua perspectiva de tudo que foi, é e será³³.

Em uma palavra, para Leibniz Locke teria defendido que uma identidade apenas a partir da existência mesma ou da externalidade, e de uma consciência passível de esquecimentos reais, poderia ser conservada sem identidade real

32 Eis a base da continuidade da ficção ou pequena fábula apresentada ao final da *Teodiceia*, a partir de seu §413 até o §417, quanto à predestinação do personagem Sextus, cuja escritura, o que mantém a ideia de poder ser lida como uma história, se encontra no palácio dos destinos, onde se encontram em todos os seus detalhes e totalmente distintas as histórias dos indivíduos possíveis e os livros dos mundos possíveis correspondentes a eles.

33 Para além do §61 da *Monadologia*, faz lembrar o já dito no próprio prefácio dos *N.E.*, ou seja, o *Quae sint, quae fuerint, quae mox futura trahantur* que, se por um lado lembra o verso de Virgílio, por outro lado, lembra ainda mais o quarto verso do livro final da *Consolação da filosofia* de Boécio, tema também do final da *Teodiceia*.

(*Idem*, p. 177), restando a pergunta que já era o problema de Boécio e se manteve o de Lorenzo Valla: Mas como Deus pode ser bom ou justo se não dá exatamente, a partir de sua sabedoria infinita, portanto, o que de fato merecemos?

Conclusão

Portanto, quanto à eficácia da justiça humana e principalmente a divina associadas à consciência, no sentido que já havia resolvido o problema formulado na *Carta a Molanus*, e agora a partir do conceito de mônada, afirmava Leibniz:

Também eu partilho dessa opinião [de Locke], a saber, que a consciência ou sentimento do eu (*la consciosté ou le sentiment du moi*) prova [atesta a existência de] uma identidade moral ou pessoal (*identité morale ou personnelle*). É nisso que distingo a incessabilidade [ou impossibilidade de cessar] da alma de um animal, da imortalidade da alma de um homem: tanto uma como a outra conservam a identidade física e real, mas **quanto ao homem, é conforme às normas da divina providência que a alma conserve também a identidade moral e aparente conosco mesmos, para constituir a mesma pessoa, conseqüentemente capaz de sentir os castigos e as recompensas** (*de sentir les châtiments [supplicia] et les recompenses [praemia]*)³⁴ [inclusive do juízo final]. [...] **Um ser imaterial ou espírito não pode ser despojado de toda percepção da sua existência passada. Ficam-lhe impressões de tudo o que**

34 Temas do, dentre outros, *Disc. de metafísica* explicitamente de seu §12 mais o que aparecia como problema a ser enfrentado na *Carta a Molanus* de 1679, e que termina por recuperar o final da *Consolação da filosofia* de Boécio, a saber: “*Manet etiam spectator desuper cunctorum praescius Deus, visionisque ejus praesens semper aeternitas cum nostrorum actuum futura qualitate concurrat, bonis praemia, malis supplicia dispensans*” (grifo nosso). Para além da atenção que devemos dispensar à noção de qualidade dos possíveis ou de nossos atos futuros (*nostrorum actuum futura qualitate*) que podemos justamente associar aos §§18-21 do *Observações quanto ao livro sobre a origem do mal, publicado há pouco na Inglaterra*, valeria a pena dar uma lida em nosso artigo “Boécio e o problema dos futuros contingentes: uma introdução” e nossa tradução “Comentário de Boécio ao §9 do *Da interpretação* de Aristóteles”.

Ihe aconteceu e terá até pressentimentos de tudo aquilo que lhe acontecerá: todavia, esses sentimentos são os mais das vezes excessivamente insignificantes para serem distinguíveis e para que os percebamos [nós, dados os limites de nosso conhecimento], embora um dia talvez poderiam desenvolver-se. **Esta continuação ou ligação de percepção**[ões] (*continuation et liaison de perceptions*) [sem apagões, portanto,] constitui o mesmo indivíduo (*le même individu*) realmente, mas as apercepções (isto é, quando nos apercebemos dos sentimentos passados) **provam uma identidade moral**, e fazem aparecer a identidade real. (*Idem*, p. 177-9).

Com essas observações Leibniz também acredita estar em condições de explicar a base do que ele chamou de *fatum christianum*³⁵, ou seja, as afirmações da *Bíblia Sagrada*, agora, associadas aos apóstolos Mateus (10:30) e Lucas (12:07), a saber:

Não temais os que matam o corpo, mas não podem matar a alma. Temei antes aquele que pode destruir a alma e o corpo na geena []. Não se vendem dois pardais por um asse? E, no entanto, nenhum deles cai em terra sem o consentimento do vosso Pai. **Quanto a vós** [homens], **até mesmo os vossos cabelos foram todos contados**. Não tendes medo, pois valeis mais que muitos pardais. (Mateus, 10:30, p. 1857).

Meus amigos, eu vos digo: não tendes medo dos que matam o corpo e depois disso nada podem fazer. Vou mostrar-vos a quem deveis temer: temei Aquele que depois de matar tem o poder de lançar na geena []; sim eu vos digo, a Este temei. Não se vendem cinco pardais por dois asses? E, no entanto, nenhum deles é esquecido diante de Deus. **Até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados**. Não te-

35 Ou seja, há um *fatum christianum*, ou uma predestinação fundamentada em uma filosofia de fato cristã e protestante, e é a reforma do conceito de forma substancial, que tem por consequência o de mônada, mais um conceito de Deus infinita sabedoria – portador, portanto, de ciência de visão, mas também e talvez ainda mais de ciência de pura ou simples inteligência –, infinita bondade – por ser sábia e justa – e infinito poder – que pode tudo, exceto, por sua sabedoria e bondade, agir em acordo com o mal e não com o melhor –, que permitem equacioná-lo adequadamente. Talvez uma leitura do nosso artigo “Leibniz e o incomparável manual de Epicteto: a propósito da crítica à arte da paciência de Descartes”, já sugerido, também possa ajudar a compreender o que está em jogo aqui.

nhais medo, pois [vós homens] valeis mais do que muitos pardais.
(Lucas, 12:07, p. 1857).

Mesmo que alguns deles sejam “excessivamente insignificantes para serem distinguíveis e para que os percebamos”, até nossas percepções insensíveis e nossos sentimentos mais insignificantes foram ou estão, e desde sempre – e vale notar certa tensão entre o “foram” de Mateus e o “estão” de Lucas –, contados e não é propriamente da bondade de Deus – sem conhecimento possível anterior ao tempo e espaço ou lugar da existência mesma, fixados no que Locke entendia ser o princípio de individuação – que dependemos para receber o que nos é devido por nossas ações passadas, nossos castigos e recompensas, dependemos talvez de Sua ciência de visão, que veria o que fizemos na presente existência, mas também e ainda mais de Sua ciência de pura ou simples inteligência que sempre soube exatamente o que faríamos, ou seja, ainda mais de Seu conhecimento infinito e eterno ou de sua onisciência *extra ordinem temporis*³⁶; justamente o que fundamenta, na posterior à *Monadologia* e ainda mais ao *Discurso de metafísica*, lembremos, a seguinte afirmação feita na “Quinta carta de Leibniz a Clarke”:

[§6] Mas nem essa presciência nem essa preordenação atentam contra a liberdade. De fato, Deus, levado pela suprema razão [que pode ser comparada à suprema perfeição do §31 do *Discurso de metafísica*] a fazer a escolha, entre muitas sequências [ou séries] de coisas ou mundos possíveis, daquele em que as criaturas livres tomassem tais e tais resoluções, ainda que não sem seu concurso, tornou assim todo acontecimento certo e determinado uma vez por todas (*tout événement certain et détermine une fois pour toutes*), [...] **esse simples decreto da escolha não muda, mas apenas atualiza as suas naturezas** [as das criaturas li-

36 Cf. também nossos artigos “Primeira crítica: a teologia desencontrada” e “Santo Agostinho e Isaac Newton: tempo, espaço e criação”.

vres], **vistas por ele em suas ideias**. (LEIBNIZ, 1983 [Quinta carta], p. 194, grifo nosso)

Restaria a questão da liberdade, claro, mas esse é outro problema especialmente quando o que se procurava justificar no capítulo XXVII do *Ensaio* era que “Toda justiça, todo direito de recompensa e punição funda-se na identidade pessoal”, mesmo que essa identidade pessoal ou pessoa moral tenha de ser compreendida como uma natureza individual possível antevista como ideia e por isso mesmo passível de ser ordenada previamente com relação a outras, preordenada, ou que tenha sido harmonizada previamente, preestabelecida, por Deus. De todo modo, vale lembrar que Clarke era um teólogo também inglês e também defensor da filosofia newtoniana do tempo e espaço absolutos, quem certamente estaria de acordo com o princípio de individuação lockeano, daí também com sua noção de identidade pessoal e consciência. Incluído nesse pacote também podemos mencionar o filósofo, também da ilha, mas defensor da noção de indiferença de vontade, William King a quem, por conta de uma obra que fez publicar em 1702 com problemas em parte semelhantes aos tratados no capítulo XXVII do *Ensaio*, Leibniz havia respondido que:

[§§19 e 21] Querer estimar as ações sem pesar as qualidades das quais elas nascem é jogar palavras ao vento e colocar um *non sei quê* imaginário no lugar das causas. [...] **Em Deus, é manifesto que seu entendimento contém as ideias de todas as coisas possíveis; e é por esse motivo que tudo nele é eminente**. Essas ideias lhe representam o bem e o mal, a perfeição e a imperfeição, a ordem e a desordem, a concordância e a discordância (*congruité et l'incongruité*)³⁷ dos possíveis; e sua bondade extrema o faz escolher o mais vantajoso. Então; Deus se determina por ele mesmo [não pelo que ele decidir atualizar sem conhecimento total prévio]; sua vontade é ativa em virtude da bondade,

37 Aqui gostaríamos de manter a pergunta: os compostíveis e impossíveis?

mas [contra qualquer indiferença de sua vontade] **é pelo entendimento pleno de sabedoria que ele especifica e se dirige na ação**. E como **seu entendimento é perfeito, seus pensamentos sempre distintos** (*ses pensées toujours distinctes*) [ou seja, mais que claros], suas inclinações sempre boas, ele jamais deixa de fazer o melhor; enquanto nós podemos ser enganados pelas falsas aparências do verdadeiro e do bom. (LEIBNIZ, 2013 [*Observações quanto ao livro sobre a origem do mal, publicado há pouco na Inglaterra*], p. 470-2, grifo nosso).

Novamente, o Deus de Leibniz, mesmo muito depois do *Discurso de metafísica*, possui um entendimento que vê, graças ao que se costumava chamar de ciência de pura ou simples inteligência, pensamentos sempre distintos e todos os possíveis, e o conceito de mônada não pode estar em contradição com tal conhecimento ou intelecto.

Por fim, com o que tentamos explicitar aqui esperamos ter deixado claro ainda uma vez o quão absurda nos parece a opinião segundo a qual “Mas Deus”, o deus leibniziano, “não criou primeiramente Adão, aceitando o risco de fazê-lo pecar ou de perceber que ele peca: ele criou o mundo que Adão peca e o incluiu também em todos os indivíduos que o expressam” (DELEUZE, 1991 [*A dobra*], p. 101). Para não repetir muito do que já dissemos, nem mesmo depois de utilizar o conceito de mônada para resolver problemas que dizem respeito a uma mais adequada caracterização da noção de pessoas espirituais ou de identidade pessoal Leibniz abandonou a opinião que a natureza de tais entes teria sido conhecida plena, distinta e independente do mundo ao qual eles pertencerão quando de sua efetivação ou atualização; e o contrário é aproximá-lo de Locke ou Newton e mesmo Clarke ou W. King, aproximação perigosa já que faz voltar os problemas que nem Boécio nem Lorenzo Valla tinham resolvido satisfatória-

mente e que fazem, justamente, a base da ficção contada ao fim do *Ensaio teodiceia*.

São Cristóvão (SE), 30 de junho de 2020.

Referências bibliográficas:

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi et al. São Paulo: Martins fontes, 2000.

BOÉCIO. Comentário de Boécio ao §9 do *Da interpretação* de Aristóteles. *Prometeus* (UFS), ano 08, n. 17, p. 187-206, 2015.

DELEUZE, G. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

DELEUZE, G. *Exasperación de la filosofía: el Leibniz de Deleuze*. Trad. equipe editorial Cactus. Buenos Aires: Ed. Cactus, 2006.

DERRIDA, J. *Força de lei*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LEIBNIZ, G. W. *Discurso de metafísica, Monadologia, Correspondência com Clarke et al.*. Trad. Marilena de Souza Chauí e Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

LEIBNIZ, G. W. *Confessio philosophi*. Trad. Ivon Belaval. Paris: J. Vrin, 1993.

LEIBNIZ, G. W. *Discours de metaphysique suivi de Monadologia et autres textes* (estabelecido, apresentado e com notas de Michel Fichant). Paris: Gallimard, 2004.

LEIBNIZ, G. W. *La monadología*. Trad. Virginia Naughton. Buenos Aires: Quadrata, 2005.

LEIBNIZ, G. W. *Novos ensaios*. Trad. João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LEIBNIZ, G. W. *Nouveaux essais*. Paris: Flammarion, 1990.

LEIBNIZ, G. W. A. *Arnauld: Correspondencia completa* (ed. J.A. Nicolás). Editorial Comares: Granada, 2010.

LEIBNIZ, G. W. *Ensaio de Teodiceia*. Trad. William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2013.

LEIBNIZ, G. W. Carta de Leibniz a Molanus sobre Deus e a alma (1679?). Trad. William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. No prelo.

LEIBNIZ, G. W. Carta de Leibniz à princesa Sofia [Hanôver, 31 de outubro de 1705]. Trad. William de Siqueira Piauí e Juliana Cecci Silva. In <http://leibnizbrasil.pro.br/>.

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Trad. Pedro Paulo G. Pimenta. São Paulo: Martins fontes, 2010.

PIAUÍ, W. S. O Leibniz de Deleuze: uma introdução à Lógica do sentido. In *Escritos de Filosofia: linguagem e cognição*. (Org.) SOUZA, Marcus José Alves de e LIMA FILHO, Maxwell Morais. Porto Alegre: Ed. Fi, 2019.

PIAUÍ, W. S. Leibniz e o incomparável manual de Epicteto: a propósito da crítica à arte da paciência de Descartes. *Prometeus* (UFS), ano 10, n. 22, p. 49-64, 2017.

PIAUÍ, W. S. Leibniz e a gênese da noção de espaço: lendo o § 47 da última carta a Clarke. *Prometeus* (UFS), ano 6, n. 11, p. 09-34, 2013.

PIAUÍ, W. S. Noção completa de uma substância individual e Infinito em Leibniz. *Cadernos de história e filosofia da ciência* (Unicamp), v. 21, n. 1, p. 257-87, 2011.

PIAUÍ, W. S. Matemática e Metafísica em Leibniz: O cálculo diferencial e Integral e o processo psíquico-metafísico da percepção. *Theoria – Revista eletrônica de Filosofia*. Pouso Alegre, v. 05, p. 1-16, 2010.

PIAUÍ, W. S. Boécio e o problema dos futuros contingentes. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 15, n. 23, p. 205-232, 24 set. 2010.

PIAUÍ, W. S. Primeira Crítica: a teologia desencontrada. *Ágora filosófica*. Pernambuco: Universidade Católica, ano 9, n. 2, p. 149-170, 2009.

PIAUÍ, W. S. Santo Agostinho e Isaac Newton: tempo, espaço e criação. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia (Porto Alegre)*, vol. 1, no. 2, p. 26-47, 2009.

PIAUÍ, W. S. Leibniz e Tomás de Aquino: o princípio de individuação. *Ágora filosófica*. Pernambuco: Universidade Católica, ano 6, n. 1, p. 117-36, 2006.

PIAUÍ, W. S. Leibniz e a Biologia: notas introdutórias. No prelo.



Esta obra está licenciada sob a licença [Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).